

Responsabilidade Social no Ensino Superior

Por VALMOR BOLAN e MÁRCIA VIEIRA DA MOTTA

Valmor Bolan é Doutor em Sociologia. Reitor do Centro Universitário Unibero (São Paulo).
valmor.bolan@unibero.edu.br

Márcia Vieira da Motta é PhD em Odontologia. Voluntária no Programa de Saúde Integral do SAN – Congregação Santa Cruz.
marcia.motta@gmail.com

Quando a Responsabilidade Social passou a ser uma das dimensões do instrumento de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), em 2005, este trouxe consigo uma interessante interpretação do Estado sobre o que seria Responsabilidade Social no ensino superior brasileiro. O documento em si considera Responsabilidade Social de uma maneira hermética, focada em itens particulares, porém de modo generalizado (inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural), distante da visão integral de Responsabilidade Social observada no setor empresarial. No entanto, como atribui conceitos para as Instituições de Ensino Superior (IES) de acordo com critérios pré-estabelecidos, exclui o direito legal dessas instituições, principalmente das privadas, de conduzirem suas ações e seu papel social de maneira ética e responsável, considerando uma visão moderna e ampla de responsabilidade social corporativa e não uma visão estreita e filantrópica (QUAZI; O'BRIEN, 2000).

O próprio documento do Sinaes não utiliza o termo Responsabilidade Social Universitária, muitas vezes rejeitado inclusive pela academia, pois tende a ser interpretado como um fim e não como um meio para o cumprimento das missões das IES. Não se discute aqui o estreito compromisso das universidades com a sociedade, vínculo historicamente estabelecido, mas a Responsabilidade Social como finalidade institucional e acadêmica. Se por um lado é clara a natureza da Responsabilidade Social na governança das instituições de ensino enquanto empresas, por outro, seu significado para a tríplice função universitária de ensino, pesquisa e extensão ainda é motivo de discussão.

A proposta deste trabalho é discutir a Responsabilidade Social dentro do contexto da educação superior, contribuindo dessa maneira com a construção do conceito de Responsabilidade Social Universitária.

Responsabilidade Social Empresarial

Uma governança responsável fundamenta-se em princípios e valores, uma forma de gestão que se expressa pela relação ética e transparente da empresa (ou instituição) com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo

a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2006). Baseia-se nas pessoas e nas ações que constroem essa concepção no dia a dia da empresa. Mais do que uma prática, um programa ou uma política social, integra a cultura da instituição. Todavia essa definição de Responsabilidade Social não é única. Embora compreenda muito bem o conceito conforme seu entendimento por diversos autores, não raro outras interpretações são propostas. De fato, vários conceitos existem e, muitas vezes, estão associados a outras terminologias que se confundem como cidadania empresarial, filantropia, solidariedade corporativa, organização cidadã (LIMA, 2002), assistencialismo, marketing social, entre outros. Cabe aqui, então, um breve traçado distinguindo esses conceitos.

A primeira distinção que se faz necessária é quanto à diferenciação entre Responsabilidade Social e assistencialismo e filantropismo, culturas enraizadas na nossa sociedade e expressas por meio da realização de obras ou ações de caráter social tanto por pessoas físicas como jurídicas. Referem-se às ações empreendidas na sociedade, sem que necessariamente contribuam para a resolução de problemas sociais. Também não estão fundamentalmente relacionadas com uma conduta corporativa ética e responsável. Podem advir de empresas cujos próprios funcionários não trabalhem em condições dignas, ou de outras que mantenham relações exploratórias com seus fornecedores, ou mesmo de instituições cujo capital advenha da prestação de serviços torpes como tráfico de drogas, jogos ilegais, exploração ilegal madeireira, entre outros. O valor dessas ações, das quantias doadas ou dos serviços prestados não deixa de ter mérito social, porém não expressa a responsabilidade da empresa para com a sociedade, resume-se, usualmente, à preocupação de certos dirigentes quanto a determinadas causas pontuais sem o comprometimento com resolubilidade, perenidade ou outros desdobramentos sociais que essas ações possam ter.

Cidadania empresarial, por sua vez, identifica-se com o conceito de Responsabilidade Social, uma vez que concebe a empresa como partícipe da sociedade. Este conceito foi abraçado pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), criado em 1995, que o difundiu em todo o país, como a qualidade das empresas que realizam ações transformadoras na sociedade (LIMA, 2002). Empresas cidadãs buscam no compromisso com a promoção da cidadania e o desenvolvimento da comunidade os seus diferenciais competitivos (MELO NETO; FROES, 2001). Como consequência, recebem da sociedade reconhecimento, confiança e admiração.

Já o marketing social atua como instrumento utilizado na gestão de projetos e programas sociais, que leva o conhecimento e as técnicas mercadológicas para ações de promoção do bem-estar social, usualmente temporárias e focais. Apesar do caráter assistencialista que assume com frequência, mesmo quando adotado de forma sistemática e, por vezes, tem como meta a melhoria da imagem de uma marca ou aumento de vendas de uma empresa,

constitui ferramenta valiosa para implementação de estratégias de mudanças comportamentais, principalmente quando orientadas por preceitos éticos, fundamentados nos direitos humanos e na equidade social.

Por último, solidariedade corporativa refere-se à forma de relação entre as empresas e a sociedade, em uma dinâmica que implica o estabelecimento de laços autênticos de reconhecimento do outro, sem a expectativa de um fim concreto, apenas da percepção do respeito à liberdade de cada um. É uma forma de participação social para a construção da democracia.

A organização corporativa em torno de uma gestão de Responsabilidade Social é um movimento recente, principalmente no setor educacional, e acumula uma série de argumentos favoráveis e contrários ao tema, fundamentados na natureza de cada setor. Os argumentos contrários à adoção de ações de Responsabilidade Social são baseados usualmente na função institucional das organizações e na perspectiva do direito de propriedade. Ou seja, o setor reconhece-se como um segmento com fins lucrativos que, deste modo, já contribui, por meio dos impostos, com as ações públicas de Responsabilidade Social. Ao governo, caberia então a alocação desses recursos advindos dos impostos gerados a partir da atividade econômica privada, visando uma distribuição social mais eficaz e eficiente (MACHADO FILHO, 2002).

Por outro lado, a visão contemporânea concebe as empresas como partícipes da sociedade, e não mais como entidades econômicas independentes (CERTO; PETER, 1993), o que favorece uma relação cooperativa mais espontânea entre organização e sociedade. Essa definição, baseada no conceito *Triple Bottom Line*, considera os aspectos sociais, ambientais e econômicos do desenvolvimento sustentável de maneira igualitária, uma visão mais ampla de Responsabilidade Social que a do modelo anterior, o *Single Bottom Line*, centrado apenas no planejamento econômico da empresa (URSINI; SEKIGUCHI, 2005; STEVENSON, 2006; BSD, 2004). Aprecia também as cadeias de relações implícitas ou explícitas, sistematizadas ou sistêmicas, internas ou externas, entre todos os *stakeholders* da instituição, definidos pela NBR 16001 como qualquer grupo de pessoas ou grupo que tenha interesse em uma organização ou que possa ser afetado por suas ações (ABNT, 2004). Mundialmente, observa-se que o setor empresarial vem se adequando progressivamente a esta nova postura de relacionamento responsável com a sociedade tendo como base normas e diretrizes nacionais e internacionais de Responsabilidade Social (Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, NBR 16001, Projeto Sigma – Inglaterra, Afnor SD21000 – França, Pacto Global – ONU).

Essencialmente, as normas existentes podem se aplicar à governança das Instituições de Ensino Superior, uma vez que deliberam sobre a gestão de empresas de modo geral. Como preceito básico, recomendam que todas as instituições que optam pela

adoção de uma conduta socialmente responsável deveriam tornar públicos seus valores e seu código de conduta. Esse é um princípio elementar da ética corporativa que se fundamenta na transparência das ações e expressão de valores em todos os processos institucionais. O setor educacional, em 2005, criou a Carta de Princípios do Ensino Superior Privado Brasileiro, professando seus valores enquanto negócio, e, em seguida, desenvolveu o Código de Auto-regulamentação do Ensino Superior (Cares), aprovado por unanimidade na Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES, 2006), o início do reconhecimento do seu exercício consciente de Responsabilidade Social.

Desse modo, mesmo que no setor privado de ensino superior a missão máxima da instituição de ensino possa ser, embora não necessariamente seja, a maximização do lucro, a adoção dos referenciais de gestão ética assegura uma governança responsável e a preservação dos objetivos sociais no ensino, na pesquisa e na extensão. Essa postura determinada pelo código garante e legitima a identificação do setor pela sua conduta ética e moral, resgatando e potencializando sua real importância no cenário econômico e social nacional, imagem que por muitos anos foi distorcida ora por políticas públicas ou por missões institucionais equivocadas, ora por condutas descuidadas de gestores universitários despreparados para o exercício ético de suas funções.

Assim, o setor privado de ensino superior brasileiro acompanha o movimento global para o fortalecimento das normas éticas na comunidade educacional (FURMAN, 2004) e, juntamente com diversas outras associações relacionadas ao ensino, começa a tornar públicas suas normas de boas práticas e conduta ética (*Association of School Business Officials International*, 2001; *Council of International Schools*, 2006; ABMES, 2006; entre outras).

Responsabilidade Social na Prestação de Serviços e na Extensão Universitária

A prestação de serviços sempre fez parte da realidade das instituições de ensino superior, até mesmo porque, enquanto atividade de extensão, constitui precioso instrumento de aprendizado. Entretanto, há alguns anos, vem ganhando espaço como missão universitária (SCOTT, 2006) em um cenário que evidencia o compromisso social das instituições, mas não define claramente a natureza do relacionamento que estas desejam estabelecer com a sociedade. Podem-se distinguir ações de intervenção social, ações filantrópicas, assistencialistas, ou até mesmo de marketing social, como atividades extensionistas. Um descompasso conceitual entre Responsabilidade Social e as Ações Sociais das Instituições de Ensino.

Uma instituição educacional considerada socialmente responsável traz para a academia os problemas da sociedade e cria um ambiente que fomenta a formação de lideranças, que propõe soluções, intervenções, discussões e tecnologias que contribuem para que a própria sociedade possa superar esses problemas. Não se torna responsável pela sociedade e nem abandona sua autonomia. Apenas apóia seu caminhar para uma maturidade responsável. Essa distância entre academia e sociedade, que em um primeiro momento poderia isolá-la como um sistema social, por outro, é a razão pela qual se sustenta até hoje. Mais do que um limite, a distância serve para manter intocável o *ethos* no qual o conhecimento é gerado, discutido e disseminado na sua essência, voltado para si e para o mundo, evitando as distorções que inevitavelmente ocorrem quando interpretado apenas à luz de uma realidade.

No texto do Plano Nacional de Extensão (PNE), a extensão é considerada como prática acadêmica que interliga a Universidade por meio das suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população. Neste sentido, permite a formação do profissional cidadão e credencia-se, cada vez mais junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais. O PNE enfatiza também a importância de as IES consolidarem a prática da extensão, de modo a possibilitar a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Dentre seus objetivos, destacam-se:

- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e do desenvolvimento tecnológico e social do país;
- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade; indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais;
- Dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais emergentes, como as relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda;
- Enfatizar a utilização da tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada a distância;
- Considerar as atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento nacional e regional;

- Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;
- Criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implementação das mesmas;
- Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.
- Dessa maneira, conclui-se que a extensão universitária abrange hoje:
- Promoção da difusão das conquistas (tecnológicas, científicas ou culturais) por meio da:
 - a oferta de cursos voltados tanto para a comunidade interna como externa;
 - b prestação de serviços ou promoção de atividades culturais;
 - c divulgação em mídia jornalística ou científica.
- Estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a sociedade por meio da(s)
 - a responsabilidade social;
 - b práticas voltadas ao atendimento das necessidades sociais emergentes.

Embora as ações extensionistas possam ser contínuas, é natural que algumas demandas sociais sejam sazonais ou que variem por semestre, por disponibilidade de horário, por políticas públicas, entre outras razões. Mas o que se observa, muitas vezes, é que as instituições intervêm na sociedade de acordo com sua própria agenda pedagógica, o que não é um demérito em si, mas não reflete um trabalho em prol da autonomia da população ou do atendimento de uma real necessidade. Considerar, por exemplo, clínicas universitárias como ação de Responsabilidade Social, só seria compreensível quando essas clínicas atuassem no sentido de diagnosticar o estado de saúde da comunidade em que estão inseridas e, além do exercício das intervenções clínicas, obviamente de cunho pedagógico, promovessem ações de prevenção para que essa população pudesse superar com o tempo suas condições enfermizas. Não é assumir o ônus social, mas contribuir para sua extinção ou controle.

Responsabilidade Social no Ensino Universitário

Discutir se a finalidade principal da educação superior deve ou não ser a formação de profissionais com forte formação ética e cidadã não mais se sustenta, já que se trata de uma demanda social mundial e, além de tudo, faz parte das exigências quanto às diretrizes curriculares da maior parte dos cursos. O que se discute com propriedade é até que ponto cidadania e ética podem ser ensinadas no ensino superior. E como organizar os conteúdos e as atividades curriculares para dar vida a um profissional socialmente responsável. Seria essa uma demanda irreal ou uma nova realidade que exige reestruturação profunda do ensino superior como conhecemos hoje?

O setor enfrenta ainda a massificação do ensino, o aumento da concorrência por alunos, o fantasma da educação como *commodity* e a surpreendente rapidez da obsolescência do conhecimento e das tecnologias. Frente a esse panorama, a pesada e centenária academia é repensada mundialmente e diversos modelos organizacionais começam a ser instituídos, com uma forte tendência à aproximação com o mercado, com a flexibilização de estruturas e com a implantação de sistemas internos e externos de avaliação da qualidade.

A educação superior no Brasil acompanha esse movimento mundial com a instituição de uma legislação que permite certa flexibilização do ensino superior (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n.º 9.394/96); a implantação de um sistema de avaliação que prevê tanto a avaliação interna quanto externa dos sistemas educacionais (Sinaes – Lei n.º 10.861/04), além da avaliação de seus egressos (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, Enade).

A promoção do ensino socialmente responsável abarcaria a formação de indivíduos qualificados para a inclusão no mercado profissional e igualmente a formação de indivíduos críticos, moralmente competentes, capazes de tomada de decisões frente a questões éticas, não apenas considerando uma visão deontológica, mas também seus contextos pragmáticos, morais e sociológicos. A auto-sustentabilidade, mais do que um conteúdo curricular, compreenderia o foco sobre o qual as instituições desenvolveriam ações que fomentem o compromisso dos alunos com a vida e sua preservação. Envolve sua capacitação para ir além do reconhecimento de problemas ambientais no sentido amplo da palavra. Envolve a formação de indivíduos capazes de, se não solucionar esses problemas, influenciá-los na resolução.

A formação humanística, tão importante para a conquista da equidade e da inclusão social, deixaria de ser um conteúdo relegado a certas disciplinas, usualmente no primeiro ano dos diversos cursos, e passaria a ser conteúdo transversal de toda matriz curricular. Em uma instituição socialmente responsável, essa educação não se manifestaria apenas no “currículo oculto”,

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. *Código de auto-regulamentação das instituições particulares de ensino superior*. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/_download/Todos/CARES/Cares.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16001: Responsabilidade Social. Sistema de Gestão. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIATION OF SCHOOL BUSINESS OFFICIALS INTERNATIONAL. *Ethics Education in Business Schools. Report of the Ethics task force to AACSB International's Board of Directors*. Disponível em: <http://www.aacsb.edu/resource_centers/ethicse-du/EETF-report-6-25-04.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação (Sinaes). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 de abril de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 de dez. de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. *Plano Nacional de Extensão*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=440&Itemid=303>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

BUSINESS MEETS SOCIAL DEVELOPMENT. *Responsabilidade Social Empresarial*. 2004. Disponível em: <http://www.bsd-net.com/bsd_brasil/introducaocsr.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2006.

CERTO, S.; PETER, J. P. *Administração Estratégica*. São Paulo: Makron Books, 1993.

COUNCIL OF INTERNATIONAL SCHOOLS. *Code of ethics and principles of good practice for higher education members*. Disponível em: <<http://higher.cois.org/download/code>>. Acesso em: 1 nov. 2006.

FURMAN, G. C. The ethic of community. *Journal of Education Administration*, v. 42, n. 2, p. 215-35, 2004.

GIBBONS, M. What kind of University? *Research and teaching in the 21st century*. Beanland Lecture. 1997. Disponível em: <<http://www.griffith.edu.au/vc/ate/pdf/gibbons.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2007.

Continua...

mas par e passo à formação profissional. E como tal, permitiria avaliação e acompanhamento do desenvolvimento dessa competência.

Dentro desse quadro, existem modelos de excelência educacional entre as instituições de ensino brasileiras e existem instituições que estão distantes, muito distantes dessa realidade. Instituições que por omissão são coniventes com práticas como apropriação indébita de capital intelectual e indulgência na atribuição de notas e conceitos. Como em outros países, o setor começa a se organizar para essa nova realidade educacional e entende que não existem modelos prontos a serem seguidos, apenas histórias de sucesso e a necessidade premente da prática do ensino socialmente responsável.

Responsabilidade Social na Pesquisa Universitária

Falar de pesquisa nas IES privadas sempre suscita um desconforto no âmbito administrativo universitário, tendo em vista o alto custo usualmente envolvido na produção científica, as dificuldades para obtenção de recursos externos e a falta de cultura organizacional para aproveitamento do capital intelectual interno disponível. À exceção das instituições públicas, nas privadas os docentes são considerados, em sua maioria, professores e não pesquisadores, como se fosse possível separar docência como uma atividade acadêmica exclusiva, desconexa da pesquisa e da extensão. Isto porque se entende como pesquisa a produção científica acadêmico-experimental, ou aquela que busca o conhecimento por si e não o conceito integral de pesquisa que se refere à produção intencionalizada de conhecimento ou tecnologia, mediante utilização do método científico e respeitando as normas de ética e bioética vigentes. Na prática, a pesquisa pode compreender tanto a pesquisa acadêmico-experimental como a pesquisa instrumental-metodológica, ou seja, aquela que busca o conhecimento em um contexto aplicado. Mais especificamente, a pesquisa instrumental-metodológica refere-se à produção de conhecimento como instrumento de aprendizagem do ensino em qualquer nível ou de conhecimento para a resolubilidade de problemas da comunidade ou do mercado. Assume caráter transdisciplinar e, desta forma, abrange uma maior diversidade e inserção social (REED, 2004; GIBBONS, 1997).

O professor universitário, neste sentido, pode praticar a pesquisa instrumental-metodológica no exercício da docência. Em um contexto de Responsabilidade Social, ele traria para a sala de aula os problemas da sociedade e junto aos discentes empregaria estratégias metodológicas e científicas para a busca de soluções. Criaria um ambiente pedagógico no qual o empirismo é substituído pela pesquisa aplicada, superando o ensino bancário em que o professor supostamente deposita o conhecimento ou a resposta pronta no aluno. Permite o estabelecimento de vínculos entre instituições de ensino e empresas ou com a so-

Referências Bibliográficas

Continuação

HANNA, D. E.; LATCHEM, C. Beyond Nation Borders: Transforming higher education institutions. *Journal of Studies in International Education*, v. 6, n. 2, p. 115-33, 2002.
INSTITUTO ETHOS. *O que é Responsabilidade Social empresarial?* Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/desktopdefault.aspx?TabID=3344&Alias=Ethos&Lang=pt-br>>. Acesso em: 6 nov. 2006.

KAWAX. Observatorio Chileno de Ciencia, Tecnología e Innovación. *Estudios*. 2006. Disponível em: <<http://www.kawax.cl/observatorio/5.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2007.

LANDI, F. R. (Org.) *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo*, 2004. São Paulo: FAPESP, 2005.

LIMA, M. C. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In: INSTITUTO ETHOS (Org.) *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. vol 1. Petrópolis: Instituto Ethos, 2002. p. 103-142.

MACFARLENE, B. The disengaged academic: the retreat from citizenship. *Higher Education Quarterly*, v. 59, n. 4, p. 296-312, 2005.

MACHADO FILHO, C. A. P. *Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações: um estudo multicase*. 2002. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

QUAZI, A.; O'BRIEN, D. An empirical test of a cross-national model of corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, v. 25, p. 33-51, 2000.

REED, D. University and the promotion of corporate responsibility: Reinterpreting the liberal arts tradition. *Journal of Academic Ethics*, v. 2, p. 3-41, 2004.

SCOTT, J. C. The mission of the University: medieval to postmodern transformation. *The Journal of Higher Education*, v. 77, n.1, p.1-39, 2006.

STEVENSON, M. I. *The (Triple) Bottom Line on Corporate Social Reports: Cl on the Social Frontier*. Disponível em: <http://www.sla.org/documents/conf/Triple_Bottom_Line.doc>. Acesso em: 6 nov. 2006.

Continua...

cidade de maneira em geral, sem perder de vista a autonomia universitária.

O conflito que normalmente surge com este tipo de parceria refere-se à diferença de objetivos entre a pesquisa acadêmica, aqui considerada de forma integral, e a pesquisa de interesse empresarial. Esta última busca, entre outros objetivos, a melhoria ou a garantia da qualidade de produtos, serviços, ou processos, o desenvolvimento de novas tecnologias e a avaliação de mercados. Como eventualmente pode exigir a manutenção do sigilo das informações resultantes da pesquisa, não condiz com os fundamentos básicos da academia quanto à obrigação do estímulo ao livre fluxo de informações com a sociedade.

Essa discussão traz novamente a reflexão quanto ao *ethos* da Universidade na sociedade e a sua existência enquanto negócio. A excelência acadêmica é um fator crítico para a produção de conhecimento. Pesquisa de baixa qualidade não serve aos estudantes, à sociedade ou ao país. A parceria com empresas, quer para produção de pesquisas instrumental-metodológicas quer para o desenvolvimento de pesquisas acadêmico-experimentais, beneficiaria ambos os setores. O subsídio financeiro, a aproximação do capital intelectual acadêmico do empresarial, além dos benefícios advindos da própria pesquisa, permitiriam que as instituições de ensino pudessem alocar recursos internamente de modo a manter um balanço entre pesquisa básica e aplicada. E, mesmo que esta não seja sua vocação e a instituição opte por se manter focada na pesquisa instrumental-metodológica relacionada à prática do ensino e da extensão, as parcerias trariam uma aproximação com o mercado e permitiriam a construção de uma sólida competência acadêmica (THORN; SOO, 2006).

No atual panorama de produção de pesquisa no mundo, observa-se que países como os Estados Unidos, o Japão, a Suécia e a Suíça ocupam posições que indicam forte interação entre as duas produções: uma produção científica expressiva (em torno de 1.000 artigos por milhão de habitantes) articulada a uma produção tecnológica também expressiva (acima de 150 patentes por milhão de habitantes). Já no Brasil, e em outros países como México, Argentina e África do Sul, observa-se um fraco desempenho nas duas produções, situando-se abaixo de uma produção científica de 150 artigos por milhão de habitantes e de uma produção tecnológica abaixo de três patentes por milhão de habitantes (LANDI, 2005). Se as universidades nesses países pudessem acolher um maior número de profissionais mais qualificados e assim produzissem um maior índice de publicações, seria esperado que o número de patentes aumentasse e houvesse mais projetos em parceria com a indústria (KAWAX, 2006).

Mesmo que os benefícios advindos da parceria academia-indústria não atenuem a ambigüidade deste relacionamento, em um contexto em que tanto a IES como as empresas parceiras adotem uma cultura de Responsabilidade Social, não haveria conflito de interesses, pois todos se relacionariam de maneira ética e

Referências Bibliográficas

Continuação

THORN, K.; SOO, M. Latin American Universities and the third mission. Trends, challenges and policy options. *World Bank Policy Research Working Paper 4002*. 2006. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2006/08/30/000016406_20060830142439/Rendered/PDF/wps4002.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2007.

URSINI, T. R.; SEKIGUCHI, C. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: rumo à terceira geração de normas ISO. In: INSTITUTO UNIEMP (Org.) *Coleção Uniemp Inovação - Inovação, Legislação e Inserção Social*. São Paulo: Instituto Uniemp, 2005. v. 2. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/Texto_DseRS_ISO26000_Tarcilae Celso.pdf>. Acesso em: nov. 2006.

transparente com a sociedade. Agora, com relação à fragmentação epistemológica e à valorização profissional que leva os acadêmicos a produzirem pesquisas altamente especializadas (MACFARLENE, 2005), sem o compromisso institucional com a produção voltada para temas prioritários como a auto-sustentabilidade e um sistema que compense profissionalmente a participação do acadêmico em tais atividades, a verdadeira responsabilidade social universitária não passará de retórica.

Considerações Finais

As grandes forças econômicas mundiais estão progressivamente mais dependentes de conhecimento, informação e tecnologia com ciclos de vida cada vez menores. Os países que almejam a construção de uma forte economia e de uma sociedade participativa investem na educação cidadã. Uma economia fundamentada no conhecimento requer a produção de capital humano qualificado em uma perspectiva global e não mais local (HANNA; LACHEM, 2002).

A Responsabilidade Social Universitária, na acepção aqui proposta, reconsidera as dimensões da academia e da governança institucional tendo como base o relacionamento ético e transparente com seus *stakeholders*, o desenvolvimento sustentável da sociedade e a inclusão econômico-social dos seus egressos, contribuindo para a construção de uma democracia participativa e de capital humano, intelectual e tecnológico qualificado para o país. Certamente não é a solução para a grande incerteza que desafia o futuro da academia, mas um caminho que pode pavimentar a sua reorganização ou direcionar sua reestruturação.